A SOCIOLOGIA, PRÁTICA DE INVESTIGAÇÃO E ACÇÃO

Produtos da intervenção do sociólogo em processos de Desenvolvimento Comunitário

MARIA DE FÁTIMA C. TOSCANO

Nasceu em 1963. Licenciada em Sociologia pelo ISCTE em 1986 e Mestre em Sociologia pela Universidade Nova de Lisboa em 1993. Investigadora do CIES e do Instituto de Estudos e Divulgação Sociológica do Departamento de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa. Responsável pela Investigação e Avaliação de um projecto português no âmbito do 2º Programa Europeu de Luta Contra a Pobreza. Docente no Instituto Superior de Serviço Social de Coimbra desde 1990.

«Não meu, não meu é quanto escrevo»
Fernando Pessoa (1932)

INTRODUÇÃO

O presente artigo resulta da reflexão efectuada no âmbito do Projecto de Investigação - Acção «Nova Esperança da Galiza» (PNEG) integrado no II Programa Europeu de Luta Contra a Pobreza (PELCP - Projecto nº 87).[1]

[1] Ver neste mesmo volume a reflexão de Luis Capucha decorrente da sua experiência profissional num outro projecto de intervenção comunitária no Bairro Nascente do Cabo (Vila Franca de Xira).

Este projecto, foi desenvolvido desde Agosto de 1987 a Novembro de 1989, numa comunidade de migrantes residentes no bairro de lata «Pinhal do Fim do Mundo» (BPFM) na zona da Galiza em S. João do Estoril, concelho de Cascais. Promovido pelo Centro Regional de Segurança Social de Lisboa (CRSS Lx), - Delegação em Cascais - definiu como objectivo estruturador da intervenção naquela comunidade, o «realojamento, no actual local de residência, das famílias residentes no BPFM».[2]

A partir da temática central - os produtos da intervenção do sociólogo - desenvolver-se-ão aqui algumas reflexões fundamentadas no referido projecto de investigação-acção, nomeadamente em torno do papel do sociólogo nos processos de desenvolvimento comunitário, enquanto:

- investigador (produtor de explicações científicas sobre a realidade social);
- agente de desenvolvimento local e técnico de intervenção social;
- perito na análise de indicadores sociais (determinantes para uma avaliação do impacto do trabalho social);
- especialista de uma área do conhecimento social e formador de novas competências;
- profissional preocupado com questões corporativistas e deontológicas decorrentes da dupla produção «pesquisa-acção».

---

[2] Cfr Proposta de Candidatura do PNEG ao II PELCP.

OS PRODUTOS DA INTERVENÇÃO DO SOCIÓLOGO

«No entanto não basta a liberdade para fazer um bom espaço».
R. Barthes (1987) in Incidentes.

A Sociologia como Ciência, o Sociólogo como Investigador

A presença do sociólogo nos processos de desenvolvimento comunitário tem-se vindo a revelar indispensável pela pertinência de uma posição profissional de retaguarda ao nível do enquadramento científico das démarches metodológicas a seleccionar, experimentar e implementar.

Efectivamente, é hoje reconhecido que os métodos e as técnicas de intervenção sobre as realidades sociais a que aquelas se dirigem, não são definíveis nem conceptualizáveis sem uma referência científica profunda que os oriente. Por seu turno, a eficácia dos paradigmas teóricos de referência, dependerá da adequação explicativa demonstrada na identificação do problema social e na sua validação, ou não, enquanto problema estratégico, isto é, enquanto accionador da participação das populações e do trabalho integrado dos serviços - pólos determinantes da intervenção comunitária.

Obviamente, falar em fundamentação científica de um processo de intervenção não significa postular como prévio um quadro conceptual e analítico rígido.

A reconsideração da metodologia «Investigação-Acção» que veio caracterizando os anos 80, tem implicado o recolocar de questões complexas provocadas pela concomitância daqueles 2 vectores - pesquisa e acção - na intervenção comunitária, a saber:

a) enviesamento do processo, pelo primado de um dos vectores;
b) tensões temporais na operacionalização de cada um dos vectores: «pesquisa antes, acção depois» ou pesquisa-acção, como processo concomitante (conhecer mais para intervir melhor e aperfeiçoar o nível de compreensão global dos processos sociais);
c) estratégias e articulação do trabalho pluridisciplinar dos técnicos envolvidos;
d) eficácia dos campos conceptuais disponíveis na intervenção directa;
e) tipologias de investigação: de gabinete, de intervenção ou de articulação real/conceptual;
f) estatuto social da ciência: reprodução e institucionalização ou processo dinâmico de reintegração - ruptura relativamente às abordagens disponíveis;
g) condicionamentos histórico-sociais da produção do conhecimento: contemporaneidade, anacronísmos; repetição de modelos analíticos descontextualizados; «modas», conveniências ou interesses político-sociais no desenvolvimento de determinadas áreas de investigação.

Da complexidade revelada por esta metodologia dinâmica de intervenção social destacam-se ainda dois níveis que são, simultaneamente, factores de enquadramento e produtos dos processos de intervenção: epistemológico e deontológico.

O Pólo Epistemológico

A integração e participação do sociólogo nos processos de acção-pesquisa tem concorrido para recolocar no âmago

das questões epistemológicas, antigas problemáticas e dúvidas, constituintes do percurso histórico-social de desenvolvimento e afirmação do conhecimento sociológico.

Trata-se, efectivamente, do problema da distância entre uma teoria («pura») e uma intervenção («prática») sociais. Por outras palavras, está em causa a validade de um conhecimento científico desgarrado e não verificado (experimentado) no real; a eficácia de uma intervenção não planificada cientificamente.

Mas, está também em questão a pertinência de uma específica concepção de ciência pretensamente objectiva. Aquela, ao recusar a instrumentalização dos factos e agentes sociais, fundada na neutralidade tão absoluta quanto absurda do cientista, produz um efeito preverso.

Concretamente, perverte a validade das explicações construídas sobre o real e das acções directas desenvolvidas, ao considerar quer o grupo alvo quer os actores da investigação e da intervenção como despersonalizados; capazes de «não comunicar»; de «não trocar sensibilidades (vivenciais ou profissionais)», não condicionados pela subjectividade, os interesses pessoais, a valorização, o reconhecimento e as normas sociais.

Em suma, concebendo técnicos, investigadores e população como bonecos de cera, em redomas isolados, protegidos e intocáveis pelos contextos históricos da sua contemporaneidade - agentes sociais associais porque não socializados.

Este, surge portanto como um efeito bastante mais perverso, do que o do reconhecimento, identificação e explicitação prévios dos níveis de subjectividade ou ideologização transpostos pelos investigadores e técnicos enquanto agentes sociais.

Todavia, e ainda que questões complexas como as referidas decorram da concomitância dos dois vectores - intervenção e pesquisa - é princípio adquirido pela experi-

ência profissional que este último vector, enquanto «melhor conhecimento» - porque mais rigoroso e controlado - supõe uma constante integração das diversas achegas teóricas que, uma vez repensadas e questionadas em função do problema prioritário da intervenção, condicionam a adequação dos dispositivos científicos à realidade de intervenção.

Por outro lado, a dinâmica dos processos de pesquisa-acção conduz a reconceptualizações de abordagens tradicionais, estáticas e desprovidas de eficácia na compreensão dos processos sociais sobre que se intervem, provocando muitas vezes o questionamento dos próprios conceitos e paradigmas de partida ou de fundamentação dos processos de intervenção, na sua fase inicial.

No caso concreto da pesquisa em torno das condições de pobreza dos migrantes residentes no BPFM, foi necessário voltar a situar o conceito «pobreza» para além da tradicional conceptualização de dois níveis de empobrecimento. Referimo-nos à definição da pobreza nos tipos «primária» e «secundária», sendo, em traços simplificadores a pobreza primária relativa à carência ou privação de meios económicos ou materiais de sobrevivência.

Efectivamente, da sociografia dos dados do inquérito às famílias do BPFM[3] foi possível concluir como mais eficazes, as análises das situações de pobreza a partir de um conceito relacional que articula e identifica os níveis de condicionamento da «não participação» do Grupo-Alvo no sistema social.

Por outras palavras, considera-se como pré-noção viciadora da observação e da intervenção, a concepção das condições de pobreza enquanto carência estritamente económica ou estritamente cultural - concepção esta que

---

[3] Toscano, Mª. de Fátima C.; Relatório Sociográfico do Inquérito às Famílias do BPFM, PNEG, CIES, Janeiro /89.

reforça a sua dimensão não científica quando define uma hierarquização entre aqueles níveis:

«A tendência actual pode ser resumida na preocupação de conceber as situações de pobreza enquanto condições de carência, privação ou auto-exclusão dos bens sociais, não só ao nível da inserção económica, como também da pluridimensionalidade do social. Ou seja, parece ser mais eficaz - pelo menos no que se refere à caracterização das situações de pobreza geracional - tomar como referência um conceito pluridimensional, o que significa aprofundar e relacionar o grau de co-determinação dos vectores sociais, ou culturais, ou ideológicos, ou económicos. De facto, falar de grupos pobres é, cada vez mais, reconhecer que a pobreza se apresenta como a condição de vários grupos ou sectores sociais com distintos graus de privação, privação essa, relativa igualmente a diferentes bens ou condições de existência, numa determinada realidade social».[4]

O Pólo Deontológico

Num outro plano a metodologia Investigação-Acção tem permitido reforçar uma ética profissional, não só ao exigir, da parte dos sociólogos, uma postura teórico-prática inerente à sua competência profissional mas, fundamentalmente, ao permitir avaliar, diariamente, a validade das abordagens sociológicas.

---

[4] Toscano, Mª. de Fátima C.; Madeira, Mª. Joaquina Ruas; «A Formação de Base das Famílias mais desfavorecidas: factor condicionante de uma Acção Social Preventiva e Promocional (contra a exclusão e/ou precarização)» - apresentado ao «Colloque Européen: Travail, Protection Sociale et Lutte contre la Pauperization Familiale en Europe» em Bruxelas, 5/8 Julho de 1989, p. 2.

Aquela validade, considera-se aqui no sentido de a intervenção do sociólogo permitir a salvaguarda de requisitos científicos dos processos de intervenção social, a saber: rigor; questionamento sistemático; exigências de abstracção e conceptualização globalizantes; sensibilidade (decorrente da capacidade e formação) para correlacionar factos, atitudes, comportamentos e valores quotidianos entre si ou com os contextos de inserção social; níveis especializados de selecção, utilização e controlo dos métodos e técnicas sociológicas (quantitativos e qualitativos); níveis especializados de conceptualização, análise e compreensão dos factos sociais - nas suas dimensões «diagnóstico», «caracterização», «abordagem sincrónica e estática», análise dinâmica e relacional no tempo; e, finalmente, competência técnica para a construção e hierarquização de indicadores sociais, das quais decorre, necessariamente, a estruturação dos níveis prioritários bem como dos factores estratégicos para a avaliação de um processo de intervenção (índices de eficácia ou de realização processual e de objectivos).

A este nível ainda, tem vindo a ser nítido o reacender da polémica em torno dos limites do conhecimento sociológico no que concerne à sua aplicação enquanto instrumentos normalizadores ou manipuladores das identidades locais e das diversidades socioculturais caracterizadas sociologicamente.

Efectivamente, em causa está a fundamentação de políticas não desenvolvimentistas em pesquisas sociológicas que, (inconsciente ou conscientemente), ao «desnudar» as dinâmicas sociais ou comunitárias - referimo-nos à categoria «contrato técnico/Grupo Alvo» - subvertem radicalmente os resultados do que se presumiria ser uma análise relacional e compreensiva determinada.

Identificar o Problema que vai Orientar a Intervenção

Consideramos que tem vindo a ser crescente a solicitação dos sociólogos portugueses, no sentido da introdução do referido rigor científico não só nas etapas preparatórias dos processos de intervenção social - selecção e definição do âmbito e dos níveis da intervenção - como também ao longo da respectiva implementação.

Num primeiro momento, trata-se de identificar como prévia a delimitação do(s) problema(s) concreto(s) em presença (Qual é o PROBLEMA?), para possibilitar a definição de prioridades e estratégias de intervenção (Que ACÇÃO?).

A identificação e caracterização do(s) problema(s) social(ais) tem implicado uma consciente opção de sensibilização de alguns técnicos e serviços ou organizações que se articulam na acção directa no local, para a consideração da diversidade e dos níveis de profundidade das características do Grupo-Alvo.

Caracterizar o Grupo, Alvo da Acção

Efectivamente, a construção dos instrumentos técnicos de caracterização tem de permitir identificar não somente os elementos sincrónicos e estáticos como, e fundamentalmente:

a) factores dinâmicos ou contextualização da produção do problema, alvo da intervenção;
b) mecanismos endógenos de produção e reprodução do problema social, inscritos nas condições de existência do Grupo Alvo;
c) aspirações (individuais, colectivas) de mobilidade social: objectivos e valores; estratégias ou bloque-

ios à ascensão social; representações colectivas relativamente «ao mundo envolvente» e ao próprio grupo-alvo; capacidades e representações (capacidade/incapacidade); conflitualidades decorrentes dos interesses em jogo;

d) indicadores de coesão e identidade colectivas do Grupo-Alvo:

grupos de interesses; redes de poder, (formais e informais);

e) níveis de implicação do Grupo-Alvo das condições de existência objecto de intervenção directa (marginalidade; exclusão; auto-exclusão; segregação; privação; desfavorecimento social ou acomodação fatalista).

Para validação e multiplicação do conhecimento científico, é ainda determinante a utilização de indicadores que permitam estudos comparativos. Isto é, evitar a situação de se dispôr da descrição monográfica de determinada realidade social, feita a partir de indicadores tão específicos e particularizados que não se possa ir além do investimento improdutivo de tempo dos técnicos e da disponibilidade, paciência e confiança dos grupos-alvo.

Desta metodologia, induz-se logicamente a implementação de análises explicativas e não dos «diagnósticos», por tradição meramente descritivos, os quais, ainda que indispensáveis não permitem fundamentar tão clara nem tão eficazmente o plano da intervenção.

Todavia, partir desta mesma metodologia para a caracterização dos grupos-alvo, tem implicado uma reorientação do trabalho local em equipas pluridisciplinares, pelo relevo dado, por um lado, às questões científicas e, por outro, ao reforço do tempo dedicado à discussão dos fundamentos da intervenção e à inovação - procura de alternativas aos métodos tradicionais de intervenção.

A QUEDA DE UM MITO - A SOCIOLOGIA, ENQUANTO CIÊNCIA É CONHECIMENTO PARA A ACÇÃO

«O coronel Aureliano Buendia promoveu trinta e duas revoluções armadas e perdeu todas».

G. Garcia Marques, Cem Anos de Solidão.

Se tem sido relativamente fácil admitir que a metodologia da Investigação-Acção radica numa definição e concepção de um Problema e nas opções técnicas relativamente às soluções ou estratégias de intervenção previstas, já se têm revelado maiores as resistências ao nível do reconhecimento da pertinência das variáveis sociológicas na definição dos Objectivos, das Estratégias e das Acções específicas da intervenção.

Definir Objectivos e Estratégias; Seleccionar Técnicas e Acções da Intervenção: Partir do Conhecimento do Grupo-Alvo e da Identificação do Problema

Os planeamentos dos processos de intervenção social, são ainda marcados, em Portugal, por uma concepção burocrática que relega para o plano da «ciência pura» todas as abordagens menos lineares (ou mais explicativas) e menos traduzíveis em linguagem economicista, estatística ou numérica.

Ainda que estas explicações sejam enfoques possíveis da análise científica do social, o conhecimento da realidade social não se fica porém pela face sociográfica ou descritiva, ainda que pormenorizada, conforme enunciámos acima.

Contudo o papel do sociólogo no desenvolvimento deve implicar não só esta postura de introdução dos contributos

técnicos da sua especialização como ainda, aliar àquela, uma atitude pedagógica.

Esta postura pedagógica, visa todos os técnicos no sentido de promover o reconhecimento e interiorização daquilo a que chamámos racionalidade complexa[5]: postura profissional que valoriza a análise sistemática e relacional dos problemas sociais, na linha da (actual) discussão do paradigma da racionalidade ocidental.[6]

A intervenção social em geral e a intervenção comunitária, em particular, não podem definir-se como formas de trabalho fundamentadas em princípios explicativos que deixam, contudo de ser retomados para avaliação e reformulação ao longo dos processos de implementação da intervenção directa.

Os contributos iniciais da abordagem e intervenção sociológicas - identificação/caracterização do grupo-alvo e do problema - devem estar sistematicamente presentes ao longo de todo aquele processo, de forma a que, face a problemas sociais posteriormente identificados ou face à desadequação da acção relativamente à caracterização inicial, sejam adaptadas as formas de intervenção.

Considera-se pois que é necessária a introdução da inovação inerente à experimentação de estratégias de intervenção, no sentido de procurar respostas globais (sociais), adequadas às identidades dos agentes sociais alvo. Esta inovação evita a adopção de medidas estereotipadas, de política social, desgarradas da riqueza, complexidade e diversidade das realidades e das fases preparatórias dos processos de desenvolvimento local. Neste sentido, há que

---

[5] Cfr Toscano, Mª. de Fátima C., «A Guerrilha e o Guerrilheiro: problemas reais e/ou simbólicos dos técnicos de intervenção no e sobre o social», apresentado no Colóquio Ética e Investigação Científica, ACTD, CTS, Lisboa, 9/11 Nov., 1989.

[6] Cfr Toscano (1989, Nov.), ibidem.

ultrapassar ou romper com duas resistências tradicionais do conhecimento sociológico que remetem para a ilusão da transparência do social e para o carácter de não cientificidade da sociologia por não se aplicar o método experimental às sociedades.

O MÉTODO CIENTÍFICO E A REALIDADE SOCIAL: DA EXPERIMENTAÇÃO À AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

«De facto
tens de construir da chuva e das pedras
até que colinas sejam memória comum
verão sobre o verão».

José Miguel Fernandes Jorge

Diversidade e Complexidade das Relações Sociais

É comummente negligenciada a presença e a validade do trabalho sociológico, argumentando-se que as sociedades são a realidade que, dadas as condições de inserção do ser humano, aquele conhece melhor.

Assim, a transparência do real é o chavão frequentemente apresentado para desculpar ou evitar as exigências de análise em profundidade que uma abordagem sociológica requer.

Contudo, é notória a crescente participação e o reconhecimento do âmbito dos problemas sociais que fazem apelo a abordagens que contemplem a diversidade e a complexidade do tecido social. A própria dificuldade de execução ou definição de políticas de integração (ou combate à exclusão) social, remetem gradualmente para a identificação de indicadores, nomeadamente de satisfação social, de aspirações de mobilidade, de conflitualidade e

redes de poder. A definição e explicação técnico-científica desses indicadores, é também tarefa dos sociólogos, juntamente com outros especialistas do social, o que, desmistificando a linearidade aparente dos processos sociais, releva o papel do sociólogo no desenvolvimento social.

Investigação-Acção: uma Intervenção Social que se Reformula e Adequa pela Experimentação

Um outro aspecto a considerar é o da especificidade que a «experimentação» assume no contexto das ciências sociais.

De facto, tal como nas ciências ditas exactas, o conhecimento da realidade social supõe que se encontrem dispositivos de conceitos e hipóteses explicativas que são validados à medida que se revelem adequados pela experiência ou prática de acção directa.

A introdução de métodos inovadores num determinado processo de desenvolvimento, ainda que não possa delimitar de uma forma rígida, no real, as alterações dos objectos de estudo e intervenção, comporta em si, contudo, as próprias condições de execução e realização dessa mesma experimentação.

Um dos postulados básicos da metodologia de acção-pesquisa - a participação - representa uma tentativa de validade e aferição dos pressupostos científicos e estratégicos da intervenção.

Propondo como dinâmica central, a constituição de um Grupo de Parceiros,[7] não se trata senão de considerar que ao(s) saber(es) técnico(s) devem ser aliados os saberes

---

[7] Cfr Pirson, Ronald «La Recherche - Action: une méthode de mise à disposition des savoires» in R.I.S, nº 3, Bruxelas, 1981, p. 546/547.

e o grau de conhecimento das realidades de intervenção pelos próprios grupos alvo, enquanto agentes sociais.

Esta prática de organização da participação na horizontal, deve ainda ser articulada com uma participação vertical, isto é, com a vinculação dos organismos ou serviços (oficiais, particulares ou de voluntariado) na mesma acção de desenvolvimento local. Mediante esta rede dinâmica se poderá readequar e rentabilizar ao máximo o plano inicial de intervenção - o que se reflectirá na avaliação do processo, impedindo a ocorrência frequente de, a partir de planos inicialmente correctos, a implementação da intervenção se ver frustrada ou totalmente ineficaz.

AVALIAR O DESENVOLVIMENTO SOCIAL A PARTIR DE INDICADORES SOCIAIS

«As coisas que olhamos são às vezes olhares»

A. Ramos Rosa (1982)

Trabalhando com realidades e factos sociais - que, estando sujeitos a mudança são também eles próprios, em si, geradores de mudança - a avaliação das acções de desenvolvimento local deverá contemplar quer a eficácia daqueles processos na superação das condições de desfavorecimento dos Grupos-Alvo, quer o grau de realização dos objectivos estruturadores da intervenção, mediante as estratégias definidas.

Esta regra básica da metodologia de investigação-acção - avaliação sistemática e auto-avaliação - supõe a construção de dispositivos de avaliação, a par da valorização e construção de indicadores do sucesso do trabalho social.

A Construção de Suportes Materiais de Avaliação

Na fase actual de sensibilização dos serviços e entidades com responsabilidades nas acções de desenvolvimento comunitário para a implementação de intervenções fundamentadas na metodologia de acção-pesquisa, é compreensível que a construção dos documentos de registo para avaliação se caracterize por algum improviso.

Na verdade, num primeiro momento, a elaboração e funcionalidade dos suportes de avaliação foram uma necessidade de responder a exigências de dois tipos: internas - organizações e serviços - ou externas - políticos nacionais ou europeus e técnicos da Comissão das Comunidades Europeias (IIº PELCP ou Fundo Social Europeu). Mas, a esta primeira fase de introduzir a avaliação por determinismos de organização seguiu-se um processo de consciencialização e implicação dos próprios técnicos nos momentos de avaliação.

No caso do PNEG iniciou-se o trabalho de avaliação por uma estratégia de sensibilização dos restantes técnicos para as vantagens da distanciação e da reflexão que aquele pressupõe - Avaliação Espontânea - para só depois se definirem, em equipa, os indicadores a registar para cada acção ou área global de intervenção, bem como a estrutura das grelhas a utilizar.

E se esta fase de consciencialização e implicação dos técnicos no processo de auto avaliação que designamos como Avaliação Espontânea se repercute numa maior facilidade de elaboração de avaliações periódicas - as grelhas de avaliação são regularmente preenchidas, à medida que as acções se desenrolam- também permite uma outra vantagem, bem mais significativa. Consiste essa vantagem, no facto de aquele trabalho de registo organizado contribuir para a valorização do trabalho de cada técnico e para o reforço da sua autoimagem e do seu estatuto profissional.

Obviamente que a definição da estrutura dos registos de avaliação não significa que aquela seja imutável e sempre igual, ao longo de todo o processo de intervenção. Tal como os objectivos e/ou as estratégias se vão reformulando, os indicadores de sucesso são, paralelamente, alterados, adequados ou aprofundados. Porém, o dispôr-se de um conjunto de grelhas possibilita a uniformidade do «olhar» dos técnicos e a identificação das lacunas dos próprios dispositivos para registo da avaliação.

A tendência de consolidação do trabalho já realizado pelos técnicos portugueses nalguns contextos passados, bem como os processos de aprendizagem e inovação decorrentes, nomeadamente da participação portuguesa no IIº PELCP ou em acções do F.S.E., induzem a uma recomendação. Na verdade, o facto de alguns técnicos portugueses disporem actualmente de ensaios ou estruturas mais aperfeiçoadas de processos avaliativos, deveria merecer uma preocupação de recuperação e valorização desse trabalho técnico bem como a sua aplicação a sectores da intervenção social menos experientes nesta área.

Avaliar Construindo Indicadores Sociais de Sucesso de Acção Comunitária

Referimos que a dimensão da avaliação dos processos de desenvolvimento comunitário, supõe a construção e a reformulação e redefinição dos suportes materiais e, tantas vezes, quantas as alterações introduzidas no plano de intervenção - nomeadamente: rupturas, obstáculos, saltos qualitativos ou redimensionação do problema.

Contudo, esta dimensão da Investigação-Acção implica ainda uma orientação fundamental na selecção dos indicadores para avaliação. Estes, deverão tender a enunciar quantitativamente o impacto da intervenção mas também,

e não menos fundamental, deverão permitir articular os valores e saberes dos profissionais com as aspirações e os modos de vida das comunidades-alvo. Por isso, também os momentos de Avaliação devem permitir a participação dos serviços e das populações-alvo.

Deste modo, a mesma exigência de rigor científico atribuída aqui ao sociólogo - enquanto investigador e técnico de intervenção, enquanto portador, introdutor e interventor nos contextos sociais a partir de um quadro científico (teórico - metodológico e epistemológico) - lhe deve ser reconhecido no processo de avaliação. Referimo-nos quer à necessidade de definir indicadores sociológicos da promoção do desenvolvimento comunitário quer aos níveis de avaliação a considerar.

Níveis a Avaliar

A validade dos dispositivos de avaliação - e, consequentemente, das reorientações das estratégias e acções decorrentes - não se restringe à mera descrição dos resultados positivos de uma determinada etapa no processo de intervenção.

A dimensão directa do impacto da intervenção é tão determinante quanto uma avaliação dos resultados indirectos, a partir do momento em que se definem como níveis a avaliar:

1) adequação/desadequação do Plano de Desenvolvimento Local (objectivos, estratégias, acções) à comunidade-alvo, e que muda em função do gradual conhecimento científico que o processo vai permitindo;
2) grau de realização dos objectivos definidos pelo Plano;

3) grau de realização das Acções de intervenção planeadas;
4) identificação (localização e explicação) dos obstáculos encontrados à realização dos objectivos, das estratégias e acções previstas;
5) existência de lacunas ou orientações incorrectas no processo de intervenção;
6) adequação/desadequação dos indicadores de avaliação de:

   a) realização de objectivos (de per si);
   b) adequação das estratégias aos objectivos;
   c) selecção de acções (em função das estratégias e objectivos definidos e da sua aferição com a população);
   d) realização das acções (de per si);
   e) adequação/disfunção das acções face às estratégias;
   f) adequação/disfunção das estratégias face aos objectivos;
   g) adequação/disfunção dos objectivos, das estratégias e das acções relativamente aos contextos de mudança verificados (endógenos ou exógenos à área de intervenção);
   h) eficácia do processo de avaliação relativamente à dinâmica de intervenção social:

      - faseamento/cronograma;
      - periodicidade;
      - montagem de suportes de registo;
      - organização da participação/avaliação dos técnicos para e/ou com as populações-alvo;

   i) eficácia da dimensão «pesquisa» na compreensão do problema social e na definição das estra-

tégias e acções de intervenção (processo experimental);

j) adequação/disfunção entre as competências técnicas, funções e desempenhos profissionais na equipa de intervenção;

k) grau de realização da articulação interserviços (avanços, obstáculos, erros, etc.)

Lógicas Subjacentes à Avaliação: os Destinatários

Um campo que fica ainda em aberto é, efectivamente, o da operacionalização eficaz dos processos de avaliação da acção comunitária. Porém, é ainda necessário chamar a atenção para as questões da linguagem utilizada e da formalização da avaliação (considerados os níveis acima referidos).

É fundamental conhecer quais são os destinatários dos processos avaliativos, principalmente quando estes se dirigem a públicos da gestão ou administração central, a técnicos ou à população em geral.

Necessariamente, consoante os destinatários da avaliação, assim o discurso e a linguagem deverão ser adaptados - sob pena de incompreensão dos resultados positivos dos processos em curso.

Consideramos ainda que se deve tomar em linha de conta as possíveis lógicas subjacentes aos discursos avaliativos, de modo a que os técnicos introduzam gradualmente a dimensão sociológica e económico-social na avaliação da intervenção comunitária.

Consideramos que um sistema de avaliação pode assentar em três lógicas globais:

- Economicista: avaliação tecnocrática dos investimentos feitos ao nível estrito dos recursos financeiros

e materiais. Esta é a lógica subjacente à tradicional «acção social assistencialista» que sacrifica os investimentos a médio e longo prazo - determinantes na alteração das condições de vida dos «utentes» - pela atribuição de «subsídios»- paliativos a gerações de famílias.

- Económico-Social: análise da relação entre os custos e a eficácia do investimento, decorrente da avaliação do grau de realização dos objectivos de determinada acção, independentemente de uma análise processual e dos obstáculos.
- Sociológica: avaliação do grau de mudança obtido no contexto de intervenção, mediante a consideração dos métodos e estratégias definidas para a promoção da participação do Grupo-Alvo com vista à:

  - compreensão das condições de produção e reprodução do subdesenvolvimento dos modos de vida das comunidades de intervenção;
  - implicação na superação ou ruptura da condição social de «subdesenvolvido» pobreza/desfavorecimento, marginalidade, exclusão, auto exclusão);
  - participação e autonomização gradual do Grupo-Alvo, no sentido de definir um Projecto de Vida e reconhecer e assumir a sua identidade sociocultural;

Esta terceira lógica alia, à perspectiva económico-social duas dimensões:

- pesquisa (caracterização científica das condições estruturais de vida e das aspirações e interesses dos grupos-alvo);
- participação (intervenção para e com os grupos-alvo);

A tendência histórica de gradual valorização das duas últimas perspectivas nos processos de avaliação, reflecte, uma vez mais, a pertinência de um enquadramento sociológico dos processos de Desenvolvimento Comunitário - desde a planificação, à implementação, à execução e à avaliação e reorientação das Acções de Intervenção comunitária ou social.

RACIONALIDADE COMPLEXA - UMA CONCLUSÃO EM TERMOS DE INTERROGAÇÃO

«Tudo é fácil quando se está brincando com a flor entre os dedos»

A. Gedeão (1978)

Os apontamentos aqui apresentados, resultando de uma experiência de acção-pesquisa de somente dois anos, ficam, como tal, bastante incompletos e por aprofundar.

Por aprofundar, por exemplo, a dimensão de Formação que o sociólogo desempenha, ao nível da promoção de competências, do reforço da pesquisa e da introdução da inovação no campo da acção comunitária. Ou, pegando noutro dos muitos exemplos possíveis, a dimensão da divulgação inerente à prática e à pesquisa científicas.

Relegando estas questões para outra oportunidade, gostaríamos contudo de repegar um tema de reflexão que permaneceu sempre subjacente às afirmações feitas.

Conforme já tivemos oportunidade de referir[8] no actual contexto de reformulação do paradigma ocidental de ciência, urge um novo modelo ético-profissional para a prática da sociologia.

---

[8] Cfr Toscano (1989, Nov.), ibidem.

Identificamos[9] aquela reformulação a partir quer das condições histórico-sociais - transposição mecânica dos critérios e mecanismos de cientificidade das «ciências da natureza» ara as «ciências sociais» das condições económico-sociais - divisão social do trabalho que consideramos fundamentar a desvalorização da «prática» a «acção» ou «intervenção» relativamente à dimensão «pesquisa» ou «investigação»; das condições teóricas - fragmentação das unidades de análise reproduzidas nos binómios homem/ natureza; saber/acção; investigação/intervenção; conhecimento científico/ outros saberes; quer ainda das condições epistemológicas de legitimação ou impossibilitação do reconhecimento de níveis de conhecimento como a subjectividade, as aspirações, as percepções ou as ideologias estruturadoras, patentes em qualquer dimensão da acção social - incluídas nesta as práticas da investigação e da intervenção.

É neste contexto quadripolar que radica a tradicional postura ético-moralista, objectivada em práticas profissionais «militantes» ou «conformistas», conforme variassem os referentes politico-ideológicos.

No actual contexto, é de todo óbvio que o «rigor científico« não pode deixar de andar a par de um verdadeiro «bom senso« que renegue o miserabilismo ou o elitismo; a manipulação ou a desreferenciação social (objectividade científica entendida como não vinculação à realidade) das informações sociológicas; a atitude profissional militante ou aqueloutra de «escudo do poder».

A década passada foi pródiga em recuperar e recentrar na ordem do dia o discurso tecnocrático - apelo à fundamentação «científica» das políticas e medidas sociais - e, decorrente deste, o paradigma da engenharia social.

---

[9] idem, ibidem.

A década que entra, terá pois, como tarefa primordial, a revalorização do lugar da sociologia no estudo, explicação e compreensão dos factos sociais. E, relembrando a definição deste objecto da sociologia - factos sociais enquanto factos totais, compreendidos interrelacional e sistematicamente - será também tarefa dos anos 90 o esclarecimento e formulação mais elaborados, em torno da totalidade da prática sociológica.

Agente de conhecimento e agente de acção - porque na mudança e na sua compreensão consistem as práticas sociais - o sociólogo será tanto mais agente quanto mais contribuir para o desenvolvimento social; e o sociólogo intervirá tanto mais na produção científica e na intervenção social, quanto maior o leque, as interfaces e as racionalidades forem possibilitadas e possibilitáveis.

Assim, somente a fidelidade referenciada ao paradigma ético científico da complexidade dos níveis real e conceptual, permite a realização e o fortalecimento metodológico de uma profissão que é de investigação e acção, sociológicas.

BIBLIOGRAFIA

- Balsa, Casimiro Marques (1989), Doc. de travail de la section coordination du IIº PELCP, nº 35.
- Benjamim, Roger, «L'action sociale: refléxions sur le mot et la chose». Recherche Sociale, Paris (95) 1985, pp.55-69.
- Bourdieu, Pierre, O Poder Simbólico, Lisboa, ed. Difel, 1989.
- Caillot, Robert, L'enquête - participation et methodologie de l'amenagement.
- Clerc, Denis: «Le social face à la crise«, Recherches Sociales, Paris (95), pp.26-32.
- Documentation sociale: L' acción sociale, nº 53, Oct/Dec., 1983.
- Esteves, António Joaquim, «A investigação-acção« in Augusto Santos Silva, e Madureira Pinto (orgs.), Metodologia das Ciências Sociais, Porto, ed. Afrontamento, 1990.

- Esteves, A. Joaquim; Flemming, A. J., Sociologia, Porto, Porto ed.
- Foracchi, M. M.; Martins, J. S., Sociologia e Sociedade, São Paulo/ Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos ed. S.A., 1984.
- Geng, Jean Marie, Mauvaises pensées d'un travailleur social, Paris, ed. Seuil, 1977.
- Giddens, A.; Turner, J. (eds.), Social Theory Today, G-B, Polity Press, 1987.
- Greffe, Xavier, La Politique Social, Paris, PUF, 1975.
- Hess, Rémi, Sociologia de Intervenção, Porto, Rés ed., 1983.
- Hiernaux, Jean Pierre, A Acção Comunitária na Luta contra a Pobreza, Documents de Travail de la Sección «Coordination», European Programme to Combat Poverty Animation and Dissemination Service, GE-3, TV-1 (PT), 23 p.
- Intervenção social, Revista do ISSSL, Lisboa, nº 1, Junho de 1985.
- La Revue Française de Service Social, nº 139-140 ,4º Trim. 1983/ 1º Trim. 1984.
- Les Cahiers de la Recherche en Travail Social, nº 6-7, 1984.
- Lima, Augusto Mesquitela, Introdução à Sociologia, Lisboa, ed. Presença, 1987.
- Maffesoli, Michel, O conhecimento do quotidiano - Para uma sociologia da compreensão, Lisboa, Vega ed. (s/d).
- Mills, Wright, A imaginação sociológica, Rio de Janeiro, Zahar ed., 1982.
- Morin, Edgar, Ciência com Consciência, Lisboa, Publ. Europa América (s/d).
- Mucchielli, R., L'observation psychologique et psychosociologique.
- Revue Française des Affaires Sociales, Juillet-Septembre, 1968.
- Revue de l'Institut de Sociologie, nº 3, Bruxelas, 1981.
- Revue Internationale d'Action Communautaire, nº 5/45, 1981.
- Revue Internationale de Securité Sociale, nº 1, 1982.
- Santos, Boaventura Sousa, Um discurso sobre as ciências, Porto, ed. Afrontamento, 1988.
- Sévigny, Robert, «Intervention psychosociologique: Refléxion critique», Sociologie et Sociétés, IX.
- Silva, Augusto Santos, «O sociólogo como técnico e agente de desenvolvimento», Sociologia, Problemas e Práticas, nº 3, 1987, pp.67-71.
- Weber, Max, O político e o cientista, Lisboa, ed. Presença, 1979.
- Idem, Sobre a teoria das ciências sociais, Lisboa.